

MATERIAIS DIDÁTICOS ACESSÍVEIS PARA ALUNOS SURDOS: Respeito linguístico no ensino médio integrado em modelagem do vestuário no IFSC - Jaraguá do Sul

Cristiane Albano Marquetti¹

Humberto Luis de Cesaro²

RESUMO: Este artigo é um recorte da pesquisa sobre materiais didáticos acessíveis para alunos surdos que tem como objetivo principal desenvolver tutoriais em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, para o curso do ensino médio integrado ao Técnico de Modelagem do Vestuário. Também aborda a importância da produção de materiais em Língua de Sinais para o acesso, permanência e êxito dos alunos surdos. A proposta deste artigo é explanar os conceitos abordados na legislação e na literatura fazendo um comparativo com a realidade vivida pelas pessoas surdas. Assim, os autores que fazem parte dessa abordagem são, Quadros e Souza (2008), Libâneo (2005), Freire (1996), Góes (2012), Lodi e Lacerda (2014), Sassaki (2010), Silva (2011), Frigotto (2001), Araujo e Frigotto (2005). Partindo de uma explanação sobre educação profissional e tecnológica – EPT no Brasil e suas práticas, dissertamos sobre as pessoas com deficiência dentro deste contexto, com foco nas pessoas surdas.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica. Práticas Educacionais. Educação Bilíngue.

1. INTRODUÇÃO

O texto tem como objetivo apresentar a pesquisa inicial sobre materiais acessível para alunos surdos e a trajetória dos educandos surdos na educação profissional e tecnológica no Brasil. Desta forma, o público da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) são jovens entre 15 a 17 anos para escolarização regular no ensino médio integrado e concomitante, acima de 18 anos que ainda não concluíram a etapa final da educação básica (PROEJA), educação profissional técnica (subsequente, pós conclusão do ensino médio) e o ensino superior. Lembramos que o público da EPT, historicamente, não pertencem à elite; hoje, no entanto, os que procuram é porque sabem da qualidade dos Institutos Federais – IF's e querem ter uma formação de qualidade, tanto profissional quanto propedêutica.

Para compreender os caminhos da EPT no Brasil, descreveremos brevemente as tendências pedagógicas e suas concepções bem como as metodologias e estratégias de ensino.

Veremos, no decorrer deste artigo, os conceitos de inclusão e exclusão permeando o percurso da educação profissional em vários momentos, inclusive num movimento em espiral, pois não há uma superação e sim tentativas, num processo lento e entrelaçado.

Finalizando o texto, descreveremos a organização de práticas educativas bilíngues (LIBRAS/Português) como forma de respeito e direitos das pessoas surdas sem abrir mão da essência da EPT que é uma educação

1 Mestranda do ProfEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Catarinense – Câmpus Blumenau. E-mail:crialbano87@gmail.com

2 Doutor em Ciências do Movimento, UFRGS; professor do Instituto Federal Catarinense – Câmpus Luzerna. E-mail: humberto.cesaro@ifc.edu.br

como prática libertadora.

Por fim, na pesquisa trago a proposta de criação de tutoriais em Língua de Sinais como uma estratégia de ensino aprendizagem que respeite o direito linguístico do ensino na sua língua materna, que visam a emancipação desses estudantes.

2. SUJEITOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Historicamente, até o ano de 1930, o Brasil sobreviveu praticamente pela produção e exportação de café, inclusive com escravidão até o ano de 1888. O país claramente separava ricos e pobres, negros e brancos, donos e serviçais, pessoas “normais” e com deficiência. Vivíamos uma dualidade estrutural que refletia na educação, originando “[...] tipos diferentes de escola, segundo a origem de classe e o papel a elas destinados na divisão social e técnica e trabalho” (KUENZER, 2007, p.7). Assim, o ensino superior era para formação das elites e dirigentes e a educação básica e profissionalizante para formação dos trabalhadores. Podemos ver isso na descrição de Vieira e Souza Junior (2006, p. 154):

À elite estava destinada a educação propedêutica, de caráter acadêmico, preparatória para a continuidade dos estudos. A consideração do trabalho manual como uma atividade indigna, sob a ótica dessa elite, predispunha ao repúdio em relação às atividades artesanais e manufatureiras como a carpintaria, a serralheria, a tecelagem, a construção, entre outras.

Assim sendo, o maior objetivo da primeira República na área da Educação era atender os interesses da indústria, através da educação profissional.

Nesta mesma linha, as pessoas com deficiência ficaram as margem desse processo. Conforme Silva (2011, p. 29):

Quando a educação profissional no Brasil passa a ser regulamentada, aparece uma clara exclusão de indivíduos com deficiência da formação para o trabalho. Assim, no início do século passado, o governo estabeleceu que as escolas de Artífices e Aprendizes fossem destinadas de preferência aos desfavorecidos da sorte, desde que não apresentassem defeitos que os inabilitassem para o aprendizado do ofício [Decreto N. 7.566 /09]

Fazendo um correlato com a educação das pessoas surdas, é importante destacar que em 1857 foi inaugurada a primeira escola para surdos no Brasil, na época Instituto Nacional de Surdos Mudos, com enfoque na aprendizagem de um ofício e não a aquisição da leitura e escrita. Como destaca Rocha (2009, p. 53) “A terminalidade dos estudos estava condicionada à aprendizagem de um ofício e não à aquisição de habilidades de leitura e ou escrita. Os alunos frequentavam, de acordo com suas aptidões, oficinas de sapataria, alfaiataria, gráfica, marcenaria[...]”. Isto reforça a política educacional da época, de caráter assistencialista e para a classe dos trabalhadores. Rocha também observa, numa citação do Diretor do Instituto, professor Tobias Rabello Leite, que a maioria dos surdos eram filhos de lavradores ou de pobres operários, por isso a necessidade da mão de obra dos seus filhos para manutenção da família.

Nesse sentido, o objetivo para pessoas com deficiência não se diferenciava do olhar assistencialista, pelo contrário, nem se abordavam questões relacionadas a leitura e a escrita.

Com o passar dos anos a educação profissional e tecnológica foi se modificando, tendo avanços e retrocessos. No entanto, é de suma importância evidenciar a busca por uma educação integral. Frigotto (2001, p. 82) defende uma educação pública, gratuita, laica e universal, “Uma educação omnilateral, tecnológica ou

politécnica formadora de sujeitos autônomos e protagonistas de cidadania ativa e articulada a um projeto de Estado radicalmente democrático [...]”.

Também é importante destacar que precisamos pensar a educação dos sujeitos concretos, ou seja, não só saber a técnica mas o domínio intelectual da técnica, isto é, a educação básica e a educação profissionalizante devem conversar, dialogar, planejar, refletir para uma formação integral. Isso requer conhecer o aluno, saber sua realidade, o mundo do trabalho e não numa política que focalize a geração de emprego e renda.

2.1 TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS E SUAS CONCEPÇÕES

Libâneo (2005, p.15) diz que a ocupação da pedagogia é a “[...]formação humana em contextos determinados por marcos espaciais e temporais”.

Nesse sentido, a atuação docente tem grande responsabilidade, pois atuar de forma humanizadora em meio a crises sociais, econômicas e políticas, entre outras, requer uma posição pedagógica clara.

Desta forma, Libâneo (2005, p.17) evidente o papel da escola:

“[...]escola existe para formar sujeitos preparados para sobreviver nesta sociedade e, para isso, precisam da ciência, da cultura, da arte, precisam saber coisas, saber resolver dilemas, ter autonomia e responsabilidade, saber dos seus direitos e deveres, construir sua dignidade humana, ter uma auto-imagem positiva, desenvolver capacidades cognitivas para se apropriar criticamente dos benefícios da ciência e da tecnologia em favor do seu trabalho, da sua vida cotidiana, do seu crescimento pessoal.

Com isso, as práticas pedagógicas desenvolvidas na educação implicam na formação desses sujeitos. A pergunta que fica é: qual sujeito a nossa sociedade está querendo formar? Um sujeito crítico, autônomo ou um sujeito flexível, obediente? É notório, na educação brasileira que há várias tendências pedagógicas e que elas foram se modificando ao longo do tempo.

Ramos (2010) explana sobre as correntes pedagógicas, principalmente as que influenciaram a educação no Brasil, classificando-as da mesma forma que o faz Saviani em críticas e não críticas. As críticas tem como premissa a formação humana, em que o indivíduo compreende sua realidade e potencializa as ações para superação da alienação. Já as não críticas consideram a realidade como natural e a pessoa em formação deve se adaptar ao ambiente.

Citamos, como corrente não críticas, a pedagogia tradicional, o tecnicismo, o pragmatismo e a pedagogia das competências. Já as correntes críticas englobam a Pedagogia de Paulo Freire e pedagogia Histórico-crítica de Demerval Saviani.

No que diz respeito à Pedagogia da Autonomia (Freire,1996) a prática docente favorece a autonomia do aluno. Traz a concepção do homem como ser histórico-social, portanto o homem como um ser inacabado, capaz de construir, reconstruir sua história e sua realidade. Com uma prática educativa-progressista, percebe o aluno como sujeito ativo no processo de aprendizagem. Portanto, professor e aluno, como seres inacabados, no diálogo ensinam um ao outro.

Fazendo um paralelo com a educação das pessoas surdas, quando Freire (1996) escreve a importância do diálogo para a prática educativa podemos citar Quadros e Souza (2008, p. 35) que esclarece a importância das interações sociais na perspectiva da educação bilíngue:

[...] o bilinguismo na educação de surdos representa questões políticas, sociais e culturais. Nesse

sentido, a educação de surdos, em uma perspectiva bilíngue, deve ter um currículo organizado em uma perspectiva visual-espacial para garantir o acesso a todos os conteúdos escolares na própria língua da criança, a língua de sinais brasileira. É a proposição da inversão, assim está-se reconhecendo a diferença. A língua passa a ser, então, o instrumento que traduz todas as relações e intenções do processo que se concretiza através das interações sociais.

Portanto, ver a atividade do sujeito não necessariamente é fazer algo concreto, mas o pensamento se debruçando sobre um objeto para compreendê-lo e para isso as relações sociais, o diálogo, o conhecimento historicamente acumulado precisam ser explanados. E se hoje precisamos utilizar a expressão “inclusão” é porque há pessoas que estão à margem, ou seja, será que estamos experimentando uma inclusão excludente?

2.3 METODOLOGIAS E ESTRATÉGIAS DE ENSINO

Após descrever sobre os sujeitos da educação profissional e resumidamente sobre as tendências pedagógicas, precisamos analisar as metodologias e estratégias de ensino utilizadas em sala de aula. Dependendo da concepção filosófica que a escola utiliza como referência, a estratégia pedagógica poderá reproduzir a alienação ou a estimular a libertação, a autonomia, a crítica entre outros.

Araujo e Frigotto (2005, p.68) escrevem sobre a utilização dos conteúdos na perspectiva de uma educação integral, para eles:

Na perspectiva da integração, a utilidade dos conteúdos passa a ser concebida não na perspectiva imediata do mercado, mas tendo como referência a utilidade social, ou seja, os conteúdos são selecionados e organizados na medida de sua possibilidade de promover comportamentos que promovam o ser humano e instrumentalizem o reconhecimento da essência da sociedade e a sua transformação. Procura-se, com isto, formar o indivíduo em suas múltiplas capacidades: de trabalhar, de viver coletivamente e agir autonomamente sobre a realidade, contribuindo para a construção de uma sociabilidade de fraternidade e de justiça social.

Com isso, é notório a importância de uma educação dialética, independente da estratégia utilizada em sala de aula, seja expositiva, dialogada ou utilizando de uma metodologia ativa. Numa proposta de educação integral é preciso partir da visão sincrética do aluno, problematizando e trazendo um novo instrumental para que o aluno possa construir uma nova síntese.

Portanto, podemos utilizar várias técnicas de ensino como: trabalhos em grupo, aula expositiva, aprendizagem baseada em resolução de problemas, oficinas, com ou sem o uso de tecnologias entre outras, mas não podemos perder o foco de quem são os nossos alunos e onde queremos chegar. Como defendem Araujo e Frigotto (2005, p. 70):

Defendemos, porém, que não é a escolha pelas técnicas de ensino que garante essa compreensão da dialeticidade do mundo. Mais importantes são os compromissos que assumimos e que nos permitem fazer escolhas e, dentro dos limites objetivos colocados pela realidade das escolas brasileiras, ressignificar procedimentos tendo em vista os objetivos de emancipação social e de promoção da autonomia dos sujeitos.

Da mesma forma, façamos a defesa de uma escola para todos, que respeite as especificidades dos indivíduos. No caso dos sujeitos surdos, que se modifique, oportunizando uma educação bilíngue, dando a

oportunidade dos surdos apreenderem os conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade, podendo desta forma dialogar e serem sujeitos autônomos e com consciência de seu papel na sociedade.

2.4 COMPREENDENDO AS PRÁTICAS DE ENSINO BILÍNGUE (LIBRAS/PORTUGUÊS)

Primeiramente gostaríamos de explicitar o que seria uma perspectiva bilíngue para os surdos no Brasil. Nosso país reconheceu a Língua de sinais em 2002 como meio de comunicação e expressão da comunidade surda, ou seja, a Língua Brasileira de Sinais como primeira língua e a língua portuguesa escrita como segunda língua (BRASIL, 2002). Em 2005, o Brasil publica o Decreto 5626/2005 que regulamenta a Lei de 2002 e lança novas determinações para a educação dos surdos, colocando em pauta a educação bilíngue.

É preciso compreender que a inclusão dos alunos surdos nas instituições de ensino perpassa não só a matrícula, mas uma mudança estrutural do ensino. Para Fernandes (2008, p. 35) “[...] a educação de surdos na perspectiva bilíngue toma uma forma que transcende as questões puramente linguísticas. Para além da língua de sinais e do português, esta educação situa-se no contexto da garantia de acesso e permanência na escola”.

Incluo, na frase da autora o êxito, mas muitas vezes se não garantimos nem a permanência, quem dirá o êxito. Por isso, pensar o currículo (conhecimento historicamente acumulado) de forma a aplicá-lo, olhando para cada indivíduo, de forma a ampliar seu conhecimento de mundo, fará com que haja maior perspectiva exitosa no final do percurso.

Isto posto, cabe citar a meta 4 do Plano Nacional de Educação de 2014-2024, na estratégia 4.7, que garante a educação bilíngue para as pessoas surdas no Brasil, ou seja, a língua de instrução será a Língua de Sinais e cita o art. 22 do Decreto 5.626/2005 garantindo a educação das pessoas surdas.

Com o exposto acima, percebe-se que a inclusão dos surdos acontece de forma diferenciada, pois há uma mudança de perspectiva, em que há uma valorização da língua de sinais como língua de mediação do conhecimento.

É importante destacar que a língua de sinais continuará sendo a primeira língua da pessoa surda e o português escrito como segunda língua mesmo na educação profissional e, por isso, pensar e estruturar um currículo que contemple esta perspectiva visual-espacial será de suma importância para acesso, permanência e êxitos desses alunos. Para Ribeiro (2013, p. 81) “A educação de surdos, seja ela exercida no ensino regular ou na escola de surdos, garantirá, a esses sujeitos, experiências instigantes ao agregar, aos saberes escolares, o mundo com o qual os surdos se identificam”.

É importante destacar que os currículos das escolas, são em sua maioria, monolíngues, ou seja, somente em língua portuguesa. Isto tem dificultado muito o acesso aos conteúdos por parte dos surdos usuários de língua de sinais. Fernandes (2008, p. 27) diz que “Se o aluno não consegue assimilar um currículo em português organizado de uma determinada forma, ele é visto como não capaz. Este ainda é o modelo de escola inclusiva que temos em nosso país”.

A língua é o instrumento da relação dialética na educação, enquanto não atentarmos para a língua de sinais e respeitarmos a diferença em sala de aula, não haverá inclusão, nem bilinguismo. Para Fernandes (2008, p. 35) “[...] a educação de surdos na perspectiva bilíngue toma uma forma que transcende as questões puramente linguísticas. Para além da língua de sinais e do português, esta educação situa-se no contexto da garantia de acesso e permanência na escola”.

Portanto, pensar uma organização de materiais didáticos em Língua Brasileira de Sinais fará com que o surdo ingresso na instituição de ensino e tenha acesso aos conhecimentos em sua língua, algo que é garantido

por lei. Além disso, precisamos nos atentar à avaliação dos conhecimentos que também pode ser expressa em Língua de Sinais, desde que devidamente registrada em vídeo, conforme Decreto 5626/2005.

Por fim, nesta perspectiva, temos que alinhar a inclusão das pessoas com deficiência para liberdade e autonomia, pensando numa educação emancipadora e cidadã, bem como no caso dos alunos surdos o respeito por sua língua materna, criando processos educativos bilíngues e por consequência, refletir a formação de nível médio/técnico como formação libertadora.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo é um recorte do projeto de pesquisa, portanto neste momento recorreremos a uma abordagem qualitativa, analisando a bibliografia referentes ao processo de inclusão das pessoas com deficiência no Brasil, com foco na educação das pessoas com surdez, os aspectos linguísticos e legais, bem como a educação profissional e tecnológica e suas práticas no Brasil, centralizando a reflexão na inclusão das pessoas com deficiência. Assim, buscar entender a melhor forma de compreensão dos processos educativos para a comunidade surda que será alvo das análises.

Desde modo, a procura de referencial teórico, foi feita uma revisão de literatura acessado o repositório da UFSC, por ter cursos na área específica da LIBRAS e foi feita uma busca por teses e dissertações que tivessem como temática vídeo registros. Encontramos nesta busca uma comunidade denominada Revista Brasileira de Vídeo Registro em LIBRAS. Esses por sua vez publicam artigos em língua de sinais, é interessante observar além das publicações em si, as normas de publicação dos vídeos, tais como: Iluminação, fundo, imagem do sinalizador etc.

Portanto, neste contexto, propomos uma reflexão sobre os conceitos que envolvem a educação, porém numa perspectiva bilíngue (Libras/Português), pensando num produto educacional que possa propiciar ao educando surdo não só o acesso mas a permanência e êxito nos estudos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Podemos notar num primeiro momento a exclusão das pessoas com deficiência no ensino, toda essa exclusão, refletia o pensar e a maneira em que a sociedade se organizava na época. A educação era privilégio da elite e a educação profissional para os menos desfavorecidos. Com o passar dos anos, a sociedade foi se modificando e propostas pedagógicas foram surgindo. Neste sentido a escola e os docentes possuem grande responsabilidade, pois nenhuma educação é neutra.

A partir das tendências pedagógicas queremos formar que tipo de cidadão? Vimos que o diálogo é fundamental para reflexão, conhecimento e criticidade. No entanto, os surdos ainda buscam o acesso ao conhecimento em sua língua materna (LIBRAS).

Vimos também algumas estratégias de ensino, que podem ser adotados pelos docentes, desde que não percam o foco da emancipação desses alunos, educando para autonomia e para criticidade, conseguindo dessa forma, dialogar sobre sua realidade.

Por fim, é preciso compreender a educação bilíngue para surdos, sabendo que ele possui uma língua visual-espacial e não oral-auditiva e que somente a presença do tradutor/interprete não dará conta do acesso ao conhecimento. Por isso, a produção de materiais em Língua de Sinais, um currículo bilíngue e o respeito ao conhecimentos expressos em Língua de Sinais são essenciais para que o aluno surdo permaneça e tenha

autonomia no seu processo de aprendizagem.

5 CONSIDERAÇÕES

Neste artigo, fizemos uma pincelada do projeto de pesquisa que está sendo desenvolvido dentro do programa ProfEPT – Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Trouxemos um pouco do referencial teórico e do produto a ser desenvolvido (tutorias em LIBRAS).

Com isso, gostaríamos de fazer algumas consideração e não conclusões, pois estamos em processo de pesquisa e análises.

Com a breve explanação exposta acima, reiteramos a importância de revermos nossas estratégias pedagógicas frente a pessoas com surdez, pois sabemos que leis existem, mas em sala de aula e no ambiente escolar é preciso ter uma postura empática e clareza dos nossos objetivos frente aos sujeitos. Se almejarmos alunos surdos autônomos, críticos e preparados para viver nesta sociedade, precisamos pensar num ambiente bilíngue que englobe currículo, processo de ensino aprendizagem, avaliação e outros.

Portanto, estamos tentando com essa pesquisa dar mais um passo, junto com outras iniciativas, que é esclarecer um pouco mais sobre educação de surdos e fazer um material bilíngue que possibilite ao aluno autonomia de estudo. Desta forma, estamos tirando mais um tijolo do muro que impede os surdos do acesso ao conhecimento.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, R. M. de L., & FRIGOTTO, G. (2015). **Práticas pedagógicas e ensino integrado**. *Revista Educação Em Questão*, 52(38), 61-80. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7956/5723>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

BRASIL. Constituição (2002). Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe Sobre A Língua Brasileira de Sinais - Libras e Dá Outras Providências**. Brasília, DF, 24 abr. 2002.

BRASIL. Constituição (2005). Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta A Lei no 10.436, de 24 de Abril de 2002, **Que Dispõe Sobre A Língua Brasileira de Sinais - Libras, e O Art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de Dezembro de 2000**. Brasília, DF, 22 dez. 2005.

BRASIL. Constituição (2014). Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Plano Nacional da Educação**. Brasília. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>. Acesso em: 05 dez.2018.

FERNANDES, Eulalia (Org.). **Surdez e Bilinguismo**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2008. 104 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 31ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p.71-87, jun. 2001. Trimestral. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463/7770>>. Acesso em: 01 jul. 2019.

KUENZER, Acacia Z. A. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: Lombardi, J.; Saviani, D.; Sanfelice, J. (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. São Paulo: Autores Associados; histedbr, 2005. p. 77-96.

LIBÂNEO, José Carlos. As teorias Pedagógicas Modernas Revisitadas pelo Debate Contemporâneo na Educação. In: LIBÂNEO, José Carlos; SANTOS, Akiko (Org.). **Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade**. São Paulo: Alínea, 2005. p. 15-57. Disponível em: < <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/T1SF/Akiko/03.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

QUADROS, Ronice Müller de; SOUZA, Saulo Xavier. Aspectos da tradução/ Encenação na Língua de Sinais Brasileira para um ambiente virtual de ensino: Práticas tradutórias do curso de Letras Libras. In: QUADROS, Ronice Müller de (Org.). **Estudos Surdos III: Série pesquisas**. Petrópolis: Arara Azul, 2008. Cap. 8. p. 170-209.

RAMOS, M. **Trabalho, educação e correntes pedagógicas no Brasil**: um estudo a partir da formação dos trabalhadores técnicos da saúde. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ 2010. (Cap. 4) Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l148.pdf>>. Acessado em: 07/07/2019.

RIBEIRO, Veridiane Pinto. **Ensino de Língua Portuguesa para Surdos**: percepções de professores sobre adaptação curricular em escolas inclusivas. Curitiba: Prismas, 2013. 198 p.

ROCHA, Solange Maria da. **Antíteses, Díades, Dicotomias no Jogo Entre Memória e Apagamento Presentes nas Narrativas da História da Educação de Surdos**: um olhar para o Instituto Nacional de Educação de Surdos (1856/1961). 2009. 163 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Puc - Rio, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: < <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp116439.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

SILVA, Izaura Maria de Andrade da. **Políticas de Educação Profissional para Pessoas com Deficiência**. 2011. 209 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: < http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAEC-8M4M2S/tese_izaura_silva_2011.pdf?sequence=1>. Acesso em: 01 jul. 2019.

SUHR. Inge R. F. **Retomando as ideias principais para continuar a reflexão**. 2019. 35 slides.

VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski; SOUZA JUNIOR, Antonio de. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL. **Interacções**, [s.l.], v. 12, p.152-169, 2006. Três Vezes Por Ano. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/10691>>. Acesso em: 01 jul. 2019.